

# Eusínio Gaston Lavigne: Bonapartismo, Porto do Pontal e as disputas políticas em Ilhéus (1930-1937)

*Ivana Calheira Sampaio*

Universidade Estadual de Santa Cruz  
Ilhéus - Bahia - Brasil  
ivana.profissionalhistoria@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo analisa os projetos de poder em disputa, elaborados pelas frações da classe dominante ilheense na década de 1930, em torno do escoamento do cacau pelo porto flúvio-marítimo de Ilhéus, mais conhecido como Porto do Pontal. A gestão de Eusínio Gaston Lavigne, enquanto prefeito do município líder na produção do principal produto econômico destinado à exportação, é a lente por meio da qual essas clivagens, em torno dos diferentes interesses de uma mesma classe, puderam ser expostas e percebidas como uma ameaça à manutenção da ordem necessária à reprodução do capital. Eusínio Lavigne reconheceu no porto um elemento estratégico, capaz de equilibrar esses conflitos ao mesmo tempo em que consolidava sua posição política e construía um símbolo de autonomia regional no Atlântico. Assim, o bonapartismo emergiu durante a gestão lavignista, apresentando-se como uma solução política apta a equalizar os interesses da classe dominante cacauzeira, que, fragmentada, precisava ser salva de seus próprios antagonismos. As fontes utilizadas são hemerográficas e obras produzidas pelo próprio Lavigne, que deixou diversos registros de seus projetos para a região cacauzeira.

**Palavras-chave:** Ilhéus. Porto do Pontal. Eusínio Gaston Lavigne. Bonapartismo.

---

## Introdução

Ilhéus, município localizado no sul do estado da Bahia, foi profundamente impactado pela ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. No contexto de reconfiguração do Estado brasileiro, caracterizado pelo centralismo político, pela burocratização da máquina pública e pela adoção do corporativismo, a atuação das interventorias federais nos estados e municípios possibilitou a ascensão de Eusínio Gaston Lavigne como figura política de destaque. Inicialmente nomeado interventor municipal e, posteriormente, prefeito, Lavigne administrou o município entre os anos de 1930 e 1937. Durante sua gestão, Ilhéus consolidou-se como líder na produção do cacau, principal produto de exportação da Bahia e o segundo mais importante do Brasil no período.

O nome de Eusínio Lavigne significou a escolha de um agente capaz de equilibrar as tensões entre as frações da classe dominante, que mantinham conflitos históricos, intensificados por sua adesão ao movimento da Aliança Liberal (AL)<sup>1</sup>.

A relevância econômica de Ilhéus avançou a partir da produção cacaueteira ainda no século XIX e o escoamento do cacau se tornou um ponto central das discussões políticas e econômicas da região, visto que a exportação era realizada pelo porto de Salvador. Havia principalmente grande insatisfação com o escasso serviço de transporte de cabotagem até a capital.

Em 1911, a partir de um contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Ilhéus e o capitalista Bento Berillo de Oliveira, foram iniciadas as obras do Porto de Ilhéus, construção do cais e em 1918 foi criada a Sociedade Anônima Companhia Industrial de Ilhéus, da qual ele foi sócio fundador e acionista majoritário. As primeiras intervenções foram inauguradas em 1920, sendo o contrato renovado em 1923, por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas. A exportação direta só teve início em 1926 (Pontes, 2018).

A construção de um porto organizado em Ilhéus entre outros motivos objetivou o escoamento do cacau sem a intermediação do porto de Salvador. Para Eusínio Lavigne uma possibilidade de estabilidade econômica e política para sua gestão, tanto pela importância econômica que o Porto representava, como um ponto de equilíbrio entre as frações envolvidas que não chegavam a um consenso sobre o assunto.

É nesse sentido que se propõe, como discussão deste trabalho, que o porto flúvio-marítimo de Ilhéus<sup>2</sup> tenha sido concebido por Lavigne como um instrumento político capaz de atenuar incompatibilidades intraclasses dominante.

A análise da gestão de Eusínio Lavigne na ótica do conceito de bonapartismo, destaca sua atuação como mediador e condutor de um projeto político que, diante das tensões entre as frações da classe dominante ilheense, buscou estabilizar a ordem no município e consolidar sua trajetória política através do porto. Uma espécie de agente pacificador capaz de “salvaguardar a ordem burguesa”, (Marx, 1988, p.123) em Ilhéus.

---

<sup>1</sup> Eusínio Lavigne encabeçou em Ilhéus o movimento da Aliança Liberal formada em 1929, reunindo estados dissidentes como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, além de setores das classes médias urbanas e do movimento tenentista, a Aliança tinha como principais líderes Getúlio Vargas, candidato à presidência, e João Pessoa, à vice-presidência. A Aliança serviu de base para a Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e deu início à “Era Vargas”.

<sup>2</sup> Segundo Rosado, a denominação “porto flúvio-marítimo” se refere ao Porto de Ilhéus, também conhecido como Porto do Pontal situado no encontro dos rios Cachoeira e Santana com o mar, ou seja, ele permite o acesso tanto por embarcações fluviais (que navegam por rios) quanto marítimas (que navegam pelo mar).

Enquanto categoria de análise marxista, o bonapartismo se impõe como um movimento político surgido na França pós-revolucionária. Nesse contexto, Karl Marx analisou o processo histórico que levou ao golpe em 1851 por Napoleão III (sobrinho de Luís Bonaparte), e que em 1852 restaurou a monarquia, o que consolidou o Segundo Império. Após a proclamação da República francesa (1848), Napoleão assumiu o poder, apoiado pela classe burguesa e trabalhadora, mas não de forma inesperada, os interesses de cada grupo, após a posse do líder, passaram a divergir e se tornar um entrave em sua governança.

O bonapartismo insere-se como uma forma de exercício do poder político que emerge em momentos de crise ou fragmentação da hegemonia entre as frações da classe dominante, nas quais, nenhuma delas consegue impor sozinha sua direção ao conjunto da sociedade.

Em outras experiências na América, como Argentina, Peru e México, o bonapartismo, enquanto categoria de análise marxista, apresenta-se “não só como regime político, mas também como uma modalidade de governo” (Demier, 2013, p. 34). No caso brasileiro, este autor identifica esta forma de exercício de poder na atuação de Vargas, em âmbito nacional. Inspirados por essa leitura, buscamos neste estudo analisar em que medida a atuação de Eusínio Lavigne, no plano local, pode ser analisada à luz do conceito de bonapartismo como uma chave de interpretação capaz de elucidar os mecanismos de mediação e de liderança política em contextos de conflito entre frações da classe dominante.

Foi através do porto e das vantagens decorrentes de sua relevância econômica, nessa complexa relação político-econômica, expressa pelo conjunto de interesses da classe dominante, que Eusínio Lavigne atuou para equilibrar não apenas sua gestão, mas também alinhá-la ao governo federal.

Nesta pesquisa, a instrumentalização pelo método biográfico, não caindo nas armadilhas da ilusão biográfica, leva em conta que

os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (Bourdieu, 2006, p. 190).

O indivíduo não é um “autor” absoluto de sua vida, tampouco sua trajetória é linear e previsível. Ele é influenciado pelas estruturas e conjunturas sociais, sendo essas, nosso campo de interesse. Discutir política e economia na Ilhéus de 1930, através de

Eusínio Lavigne é compreender também “uma construção estrutural que lhe ultrapassa” (Avelar, 2010, p. 160).

Este trabalho tem como objetivo fomentar a reflexão e estimular o fazer histórico a partir de uma história política crítica e atlântica da região cacauera. Propõe-se, a articulação de fenômenos e ideias político-econômicas que transcendam as barreiras geográficas. As fontes utilizadas foram hemerográficas e obras publicadas pelo próprio biografado.

### **O cacau e o poder local**

A implantação da cultura cacauera em Ilhéus remonta ao período colonial brasileiro, por volta do século XVIII, quando a localidade ainda era conhecida como vila de São Jorge dos Ilhéus. O cultivo do cacau, contudo, não se desenvolveu de forma homogênea ao longo do tempo. Flávio Santos (2016a, p. 367) destaca que, ainda no século XIX, Ilhéus era considerada “uma localidade economicamente inexpressiva, cujas principais atividades produtivas estavam relacionadas à produção de farinha, à extração de piaçava, à pesca e à extração de madeiras”, um cenário de pouca relevância econômica. A partir de 1870, o cacau assumiu a posição de principal produto de exportação da Bahia e duas décadas mais tarde situava o Brasil como o segundo maior produtor mundial.

Na primeira metade do século XX, houve uma disputa em torno do poder, da memória e da história da região cacauera, bem como, um esforço das elites locais para construir um imaginário que desvinculasse a economia do cacau de suas origens escravistas (Mahony, 2007). Destacaram-se algumas famílias como os Sá Bittencourt e Câmara, Homem d’El-Rei, Adami, Hohlenwerger e Lavigne.

Um dos exemplos das estratégias adotadas na década de 1930 foi a encomenda, feita por Eusínio Lavigne, da escrita da história de Ilhéus ao historiador João da Silva Campos. Este realizou uma extensa coleta de fontes sobre a história de Ilhéus, desde o período colonial até os anos 1930, e produziu importantes análises reunidas na obra “Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, publicada em 1937, na qual enfatizou a atuação dos colonizadores e da classe dominante dos coronéis.

A construção dessa narrativa simbolizou o esforço de desenvolver uma memória sem conflitos, ocultando as cicatrizes deixadas pela implantação da cultura do cacau na região, baseada no uso da mão de obra escravizada. Os coronéis, proprietários das terras

onde o cacau era cultivado, passaram a ser representados como “aventureiros que saem de suas terras natais em busca de riquezas” (Rosa e Silva, 2021, p. 399).

Mahony (2007) dividiu os grupos que disputavam o poder municipal. De um lado, estavam os adamistas, denominação derivada da liderança do coronel Domingos Adami, constituídos por descendentes de famílias do Recôncavo baiano, ligadas à produção de açúcar e ao tráfico de escravizados, com conexões com a corte portuguesa que lhes conferiam benefícios, vantagens e prestígio. Para Ribeiro (2001), um dos principais elementos dessa relação derivava da formação coimbrã, isto é, a educação na Universidade de Coimbra, principal referência universitária da época.

Outra importante estratégia, consistiu na consolidação de laços consanguíneos, por meio de casamentos e compadrios, como forma de manter as posses e ampliar seus domínios políticos, principalmente no âmbito dos cargos públicos municipais. Os bens materiais, a influência e o poder concentravam-se nas mãos de membros cuidadosamente selecionados dentro das próprias famílias. Entre as famílias destacavam-se os Bittencourt e Sá, de origem portuguesa, estimuladas a povoar a região por volta do século XVII. Ribeiro (2001) aponta que os primeiros registros do povoamento por essa família datam de 1685. Entre as décadas de 1750 e 1760, um de seus membros, José Ferreira Bittencourt e Sá, foi enviado à comarca de São Jorge dos Ilhéus para supervisionar a expulsão dos jesuítas do local. André Ribeiro (2001) afirma que:

Em 1780, a família controlava grande parte das antigas terras jesuíticas em torno das vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas e São Jorge dos Ilhéus, estrategicamente espalhadas entre o litoral e o sudoeste baiano, não distantes de Minas Gerais, onde exploravam ouro. (Ribeiro, 2001, p. 43)

Mahony (2007), por outro lado, distingue os pessoístas como um grupo composto por indivíduos oriundos de camadas sociais mais baixas, indígenas, pardos e descendentes de africanos, que ascenderam socialmente por meio de atividades comerciais, do acesso à propriedade da terra e da inserção em estruturas de poder político. A autora analisa como esses segmentos, apesar das distintas origens sociais, foram capazes de articular alianças estratégicas.

Embora não dispusessem da mesma influência política dos adamistas, os pessoístas eram, em sua maioria, oriundos de famílias de proprietários médios e lograram êxito econômico com a produção e comercialização do cacau. O coronel Antônio Pessoa destacou-se como a principal liderança política do grupo, desempenhando papel central em sua organização e articulação.

O antagonismo entre adamistas e pessoístas remonta ao período imperial, estendendo-se ao longo da Primeira República. Parte significativa dessas tensões políticas teve origem na formação dos Partidos Conservador e Liberal (1831-1840), cujas disputas se intensificaram especialmente a partir da década de 1880. Um dos pontos centrais do embate político residia na discussão sobre a centralização do poder.

Apesar das tensões entre os grupos, corroboramos com Mahonny (2007) a perspectiva de que em momentos oportunos alianças eram formadas entre os adamistas e pessoístas, visando à consolidação e manutenção do status social e político desses grupos, superando, assim, suas divergências internas.

O Partido Conservador defendia uma estrutura política centralizada, enquanto o Partido Liberal propunha uma descentralização relativa, com maior autonomia decisória para municípios e províncias — posteriormente, estados. No contexto de Ilhéus, entre os anos de 1880 e 1889, os conservadores eram liderados pelas famílias Sá Bittencourt e Câmara, ao passo que os liberais contavam com o apoio das famílias Amaral e Bastos, além dos coronéis Ramiro Castro e Antônio Pessoa, este último uma das principais lideranças locais do partido (Ribeiro, 2001).

Segundo Ribeiro (2001), o advento do regime republicano provocou cisões nos partidos políticos e entre as elites familiares em Ilhéus, especialmente em torno da disputa pelo cargo de intendente municipal.

No período de 1896 a 1904, o Conselho Municipal esteve sob a liderança de Domingos Adami, sendo esse domínio interrompido apenas por um mandato de oito meses exercido pelo Coronel Antônio Pessoa, em 1899 (Ribeiro, 2001). No ano seguinte, os adamistas recorreram e retomaram os cargos por meio de articulações e barganhas políticas. Ribeiro (2001) também afirma que, desde o século XIX até o ano de 1937, a intendência municipal, ou o cargo equivalente de conselheiro municipal, permaneceu, por quase um século, sob o controle de famílias associadas à linhagem dos Sá.

As lideranças desses grupos políticos investiram na preparação das novas gerações para a continuidade do projeto de poder, não apenas transmitindo o legado familiar, mas também instruindo os sucessores nas estratégias e articulações necessárias à manutenção de sua influência. Tal dinâmica é visível, por exemplo, no período de 1904 a 1908:

Formou-se no interior do partido uma nova geração composta por jovens bacharéis, filhos ou herdeiros dos líderes tradicionais. Esse grupo assumiu a direção partidária em 1908, com a posse dos drs. João Mangabeira e Artur Lavigne de Lemos, respectivamente, como intendente e presidente do

Conselho Municipal. Mangabeira era, então, um jovem bacharel de direito, oriundo de Salvador, recrutado pelo coronel Adami para funcionar como advogado do partido e articulista de seu órgão de propaganda, o jornal *ALucta* (Ribeiro, 2001, p. 104).

Após a gestão do coronel Domingos Adami, assumiram a intendência de Ilhéus, pertencentes ao mesmo grupo político, João Cavalcanti Mangabeira (1908–1912) e Artur Lavigne de Lemos (1912), considerados herdeiros do adamismo. João Mangabeira, nascido em Salvador, foi eleito intendente de Ilhéus em 1907, tomando posse no ano seguinte. Em 1909, candidatou-se e foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), acumulando simultaneamente as funções de intendente e parlamentar até 1911. Durante esse período, foi alvo de críticas, especialmente por parte do coronel Antônio Pessoa, que o acusava de negligência quanto às demandas locais, em razão de sua frequente ausência do município.

Arthur Lavigne Lemos, primo de Eusínio Lavigne, assumiu a intendência em janeiro de 1912, quando substituiu João Mangabeira, permanecendo no cargo até março do mesmo ano e foi substituído por Antônio Pessoa. A intendência de Arthur Lavigne se mostrou ineficaz frente à mudança de governo no estado baiano, o que demonstrou desgaste no interior do adamismo.

Após a saída de Aurélio da Lyra Tavares, governador interino da Bahia, José Joaquim Seabra assumiu o governo da Bahia em 1912, e se colocou contrário ao situacionismo em Ilhéus, ao passo que mantinha relações estreitas com os pessoístas. Seabra depôs Artur Lavigne após dois meses do início de seu mandato como intendente municipal, através do interventor federal Bráulio Xavier. A fase do grupo adamista no poder, durante a Primeira República, atingiu assim seu colapso.

### **Eusínio Lavigne e a Revolução de 1930**

Eusínio Lavigne, um dos sete filhos de Luiz Gaston Lavigne e Leonina Gaston Lavigne, descendentes de imigrantes franceses que teriam chegado a Ilhéus na década de 1840, nasceu nessa mesma cidade, na Fazenda Itarirí, em 17 de novembro de 1883. Influenciado pelo pai, interessou-se pelos estudos por volta dos dez anos de idade, enquanto residia na Fazenda Bom Gosto, localizada no distrito de Aritaguá, em Ilhéus.

Aos treze anos, em 1897, mudou-se para Salvador, onde passou a estudar no Colégio São José. Durante esse período, viveu em repúblicas estudantis e permaneceu na capital até os dezenove anos, quando ingressou na Faculdade de Direito.

Formou-se advogado em 1908 e retornou a Ilhéus, onde passou a atuar profissionalmente. Eusínio Lavigne manteve uma clientela diversificada, com atuação tanto na região cacauceira, defendendo os interesses de sua família e de causas populares, quanto na capital baiana. Entre 1908 e 1921, residiu em Jequié, na Bahia, e no estado de Mato Grosso. Entre os anos de 1920 e 1921, conheceu em Salvador Maria Odília Teixeira, destacada como a primeira mulher negra a se formar em Medicina na Bahia, com quem se casou.

A vida de Eusínio Lavigne sofreu uma mudança significativa em 1923, com a morte de seu pai. A partir de então, fixou-se definitivamente em Ilhéus, passando a atuar como advogado, cacauicultor e, posteriormente, como figura ativa na política local. Em 1928, participou da criação do Diário da Tarde e do Centro Democrático Cultural, além de ter contribuído, em 1929, para a formação do núcleo local da AL, movimento que teve papel importante na consolidação da Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 não causou uma ruptura das estruturas de poder entre as classes, mas sim, o rearranjo do poder entre elas. Oligarquias dissidentes, descontentes com a pouca participação nas tomadas de decisão do Estado, em um movimento de caráter reacionário, reivindicavam seu espaço, o que não implica afirmar que aquelas antes beneficiadas pelo pacto oligárquico, ficaram de fora do rodízio.

A República oligárquica (1884-1930), período anterior à Revolução de 1930, possuía uma rotina muito específica, baseada na alternância de poder entre as principais oligarquias ligadas ao setor cafeeiro, São Paulo e Minas Gerais, e na Política dos Governadores<sup>3</sup>. A historiografia produziu interpretações diferentes, mas complementares como a de Sampaio (1992) e Viscardi (2019)<sup>4</sup> quanto à articulação das

---

<sup>3</sup> A Política dos Governadores foi uma estratégia político-administrativa adotada no Brasil durante a Primeira República. Ela foi implementada a partir do governo do presidente Campos Sales (1898-1902) e visava garantir a estabilidade política no país, fortalecendo o poder das elites estaduais (oligarquias), e consequentemente, do governo federal. O governo federal estabelecia um pacto informal com os governadores dos estados. Nesse pacto, o presidente da República se comprometia a não intervir nos assuntos internos dos estados, desde que os governadores garantissem o apoio de suas bancadas no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Em contrapartida, os governadores também buscavam o apoio dos coronéis que mantinham o controle dos votos em nível local.

<sup>4</sup> Consuelo Novais Sampaio em *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação* propõe que as elites políticas, sobretudo em contextos regionais, estruturaram sua permanência por meio de uma estratégia adaptativa e negociadora constante entre as forças políticas, ou seja, a continuidade que se manifesta na capacidade de ajustar práticas e alianças diante das demandas e crises internas, sem rupturas abruptas, revelando um pragmatismo que assegurava a estabilidade republicana. Em contrapartida, Cláudia Viscardi, em *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite* descreve o cenário republicano como um "teatro", onde as disputas e os rituais políticos são encenados, de forma simbólica, produzindo uma ilusão de competição e pluralidade, enquanto os resultados efetivos já se encontravam pré-determinados pela estrutura de poder. Nessa interpretação, a autora destaca que

oligarquias e da preponderância dos estados paulista e mineiro na chefia do Estado brasileiro.

Na eleição de 1930, o então presidente Washington Luís, provocou agitações políticas ao apoiar a candidatura de Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista, sendo seu vice na chapa presidencial Vital Soares, grande produtor de cacau no sul da Bahia.

O descontentamento do estado mineiro foi apreendido pelo Rio Grande do Sul, em resposta, o estado sulista lançou uma chapa concorrente à de Júlio Prestes, com Getúlio Vargas, então governador do estado, disputando a presidência e João Pessoa, governador da Paraíba, como vice.

O Partido Republicano da Bahia (PRB), partido situacionista em Ilhéus, apoiava a chapa Prestes-Soares. Segundo Lins (2007), essa associação tinha como uma de suas principais justificativas os negócios que o candidato a vice, Vital Soares, governador da Bahia, mantinha com os pessoístas. Para Lins (2007, p. 64)

As oligarquias baianas consideravam-se bem representadas, pois este estava ligado aos interesses das classes conservadoras que formavam a elite baiana, composta principalmente de fazendeiros. Vital Soares era proprietário de fazendas de cacau no sul do Estado, onde contava com os grupos políticos que estavam no poder: em Ilhéus, o *pessoísmo* e em Itabuna, o grupo liderado pelo Coronel Henrique Alves e Gileno Amado, elementos oriundos do *pessoísmo* antes da emancipação da cidade.

Em 1929, foi criado em Ilhéus um núcleo da AL, sob a liderança e iniciativa de Eusínio Lavigne. Nesse contexto consolidaram-se as bases locais de apoio à candidatura de Getúlio Vargas-João Pessoa. A formação de uma oposição, como representada pela AL em Ilhéus, transcendeu a simples disputa entre chapas concorrentes. Tal movimento reativou antigos conflitos regionais entre frações locais, especialmente entre os herdeiros do adamismo e do pessoísmo, em torno das articulações políticas vinculadas à administração municipal. Estava em jogo uma herança de poder que, por dezesseis anos, permaneceu sob o domínio dos pessoístas e que, naquele momento, era diretamente contestada tanto por adversários pessoais quanto por disputas partidárias.

Com vitória apenas nos estados-membros da AL<sup>5</sup>, a chapa Vargas-Pessoa foi derrotada. O movimento aliancista em 03 de outubro de 1930 deu início à “revolução” e “no prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às

---

o poder não estava totalmente concentrado apenas em São Paulo e Minas Gerais, e que outros estados, como Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, também tiveram papel relevante nas articulações políticas da época.

<sup>5</sup> Atlas Histórico do Brasil FGV/CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1930/mapas/eleicao-presidencial-de-1930>.

portas da Capital da República” (Filho, [s.d.], p. 70). Em Ilhéus, segundo Carvalho (2014, p. 227) “o boletim eleitoral publicado na imprensa situacionista informava que houve 5.001 votos para os vencedores, obtendo Getúlio Vargas o pífio resultado de 13 votos”.

A chapa vitoriosa não chegou a assumir os cargos de presidente e vice-presidente, uma vez que Washington Luís foi deposto em 24 de outubro de 1930. Em Ilhéus, a reação situacionista mobilizou esforços significativos para conter o avanço da AL. O governo federal enviou à capital baiana o general Santa Cruz, encarregado de coordenar a resistência por meio da articulação com os chamados “batalhões patrióticos”, compostos majoritariamente por apoiadores do governo vigente, entre eles coronéis e fazendeiros (Lins, 2007).

No contexto local, os opositores da AL em Ilhéus, tentaram contribuir com a resistência enviando um contingente de atiradores à capital. No entanto, essa iniciativa revelou-se ineficaz, dado que a AL já havia assumido o controle da cidade. Diante da irreversibilidade do cenário, os situacionistas rapidamente aderiram ao novo regime. Conforme observa Sampaio (1992), esse comportamento evidencia a presença de uma política de acomodação no âmbito local, marcada por um caráter curioso e paradoxal.

A neutralização das reações à Revolução de 1930 e, conseqüentemente, à liderança de Getúlio Vargas teve na centralização do poder uma de suas principais estratégias, alcançada substancialmente por meio das interventorias.

A maioria dos interventores nomeados por Vargas, como afirma Pandolfi (2019) estava vinculada ao tenentismo, evidenciando a clara demanda dos militares por ampliar e assegurar seu espaço político na nova estrutura, além de conter ao menos temporariamente, as críticas dirigidas ao seu governo pelo setor militar.

Na Bahia, o início do governo Vargas foi conturbado. Os primeiros interventores nomeados para o estado foram civis: Leopoldo Afrânio do Amaral e Arthur Neiva. Em Ilhéus

no dia 25 de outubro [de 1930], Eusínio Lavigne e Guilherme de Andrade enviaram um telegrama ao major Reis Príncipe, chefe do governo provisório da Bahia informando terem assumido, respectivamente, os cargos de prefeito municipal e delegado (Carvalho, 2014, p. 229).

O nome de Eusínio Lavigne mostrou-se oportuno naquele momento em razão de sua liderança no movimento aliancista em Ilhéus. No entanto, em agosto de 1931, diante do fracasso das interventorias na Bahia em atender aos objetivos do projeto revolucionário, Juarez Távora apresentou ao presidente Getúlio Vargas três sugestões para a chefia do governo estadual: Juracy Magalhães, Jurandir Bizarria Mamede e Landri

Sales (Pinho, 2011). Apesar das recusas iniciais, Juracy Magalhães foi o escolhido por Vargas, “ao arrepio de todas as forças políticas tradicionais daquela terra” (Magalhães; Gueiros, 1996, p. 128).

Para Vargas, Juracy Magalhães reunia características consideradas estratégicas para lidar com a crise política baiana: “ser estrangeiro, ser militar, ser neutro politicamente” (Pinho, 2011, p. 4), aspectos fundamentais para impedir levantes locais.

Com a chegada do novo interventor à Bahia, tornou-se necessário nomear uma liderança local em Ilhéus, município de destaque na produção cacaueteira, onde Eusínio Lavigne “exercia ampla influência política e presidia a comissão executiva do partido oficial” em formação (Neves, 2006, p. 73). A escolha recaiu sobre um nome capaz de atenuar os conflitos políticos e garantir estabilidade local.

Essa liderança, afinada com o novo projeto centralizador e intervencionista, foi justamente Eusínio Lavigne. À frente do núcleo da AL no município, ele representava a principal força política opositora ao grupo pessoísta, responsável pela administração local anterior à Revolução de 1930, e já havia declarado apoio aos novos governos estadual e federal.

A nomeação de Eusínio Lavigne explicita um dos “pré-requisitos” do bonapartismo: a autonomização relativa do Estado. Essa concepção que, embora atue como árbitro acima dos interesses da classe, como defendido pelo movimento aliancista e pelo próprio Lavigne, assegura a manutenção da ordem burguesa. Age, portanto, com uma “dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais” (Demier, 2013, p. 34).

Eusínio Lavigne tornou-se o primeiro prefeito de Ilhéus por meio de uma nomeação que consolidava sua liderança na interventoria municipal. Sua indicação simbolizou, por um lado, mudanças no cenário político local e, por outro, foi interpretada por seus opositores como a retomada da herança política adamista na cidade.

### **O porto como um nó**

A gestão de Eusínio Lavigne reavivou antigas rivalidades entre grupos locais, especialmente entre os herdeiros do pessoísmo, que, em certa medida, geraram instabilidades durante seu mandato. A sua administração foi alvo de severas críticas por parte da imprensa oposicionista, em particular do Correio de Ilhéos (sic), jornal alinhado ao grupo pessoísta, que atacava desde as reformas urbanas, cujos resultados imediatos

evidenciavam fragilidades estruturais, até medidas voltadas à emancipação política de distritos como Água Preta e Pirangy. Também foram alvo de críticas o endividamento da prefeitura e, sobretudo, sua adesão ao movimento de 1930.

No dia 25 de fevereiro de 1931, o *Diário da Tarde* publicou em destaque a carta intitulada “Uma carta do prefeito municipal, a propósito de oposições *systematicas*”, assinada pelo próprio Lavigne. No texto, o prefeito rebatia as críticas à reanexação do território de Água Preta, e denunciava a atuação de grupos facciosos contrários ao seu governo por tendências políticas do passado. Ele afirmou que essa forte perturbação em seu governo, motivados por vínculos com antigas forças políticas. Lavigne atribuía os distúrbios à atuação de interesses pessoais e a “manobras de recíproca politicagem”, além de denunciar o “personalismo da política”, reafirmando, contudo, que permanecia “firme ao lado do verdadeiro espírito revolucionário” (*Diário da Tarde*, 1931, [s.p.]).

Na edição seguinte, de 26 de fevereiro de 1931, o mesmo jornal noticiou a reação de associações de classe, especialmente aquelas ligadas aos trabalhadores, que saíram em defesa de Lavigne, repudiando publicamente as críticas dirigidas ao governo municipal. A manchete destacava-se pelo tom enfático: “Solidariedade confortadora: manifestam-se as associações de classe ao lado do prefeito dr. Eusínio Lavigne e reprovam a injusta campanha oposicionista contra o governo municipal” (*Diário da Tarde*, 1931, [s.p.]). No corpo da notícia lê-se:

A Diretoria da Sociedade Beneficente dos Funcionários da Estrada de Ferro de Ilhéos à Conquista, interpretando o sentimento dos seus associados, vem perante vossencia protestar contra a campanha infamante que elementos anteprogressistas contra dr. Eusinio Lavigne, procurando assim perturbar a ação do atual prefeito (*Diário da Tarde*, 1931, [s.p.]).

Essa “solidariedade” ao prefeito advinda de associações de classe era endereçada às autoridades governamentais como o Interventor Federal (a época Arthur Neiva), o Secretário de Interior, Secretário da Fazenda e da Agricultura do Estado.

A segunda notícia também chama atenção pela natureza da associação envolvida na defesa de Eusínio Lavigne, vinculada à Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista<sup>6</sup>. Em regimes ou governos de caráter bonapartista<sup>7</sup>, um dos elementos centrais é a

---

<sup>6</sup> Discussão amplamente desenvolvida por Pontes em *O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaveira no sul da Bahia (1920-1947)*. Em sua tese a autora defende que “no sul da Bahia, o porto e a ferrovia, diversamente de outras regiões do Brasil, constituíram um binômio sob a égide do capital inglês” (Pontes, 2018, p.21).

<sup>7</sup> “Além de ser empregado para designar regimes e governos, o adjetivo ‘bonapartista’ pode não ser só o regime e o governo, mas igualmente o Estado capitalista em si” (Demier, 2013, p.31). Regime político refere-se ao conjunto de normas, princípios e práticas que definem como o poder é organizado,

massificação da política, com a busca por apoio junto à classe trabalhadora. Segundo Carvalho (2014), Lavigne apropriou-se dos debates políticos ideológicos do operariado nacional para se aproximar dos interesses das associações. Esse trânsito no seio das agremiações de trabalhadores configurava um meio de angariar apoio e solidariedade, em um contexto de instabilidade administrativa e política pós-revolução.

Ainda de acordo com Carvalho (2014) no início do governo Lavigne, após solicitações da agremiação dos Caixeiros, representante da classe trabalhadora, relativas à carga horária de trabalho, o prefeito atendeu às demandas apresentadas, destacando a relevância da entidade. Essa ação “sinalizava não apenas a intenção de estabelecer relações amistosas com a entidade, mas também de disseminar a ideia de que as organizações operárias deveriam colaborar com o governo” (Carvalho, 2014, p.230).

No dia 13 de abril de 1934, o Correio da Manhã (RJ) divulgou um apelo público do governo Lavigne com o objetivo de mobilizar apoio às reformas urbanas que pretendia implementar. Para viabilizar essas obras, o prefeito contratou um empréstimo de 8.500 contos junto ao governo estadual, valor correspondente a 10% da renda do município a ser destinado a intervenções de infraestrutura e serviços de melhoramento urbano (Correio da Manhã, 1934, p. 3).

Nesse contexto, embora o porto da baía do Pontal não estivesse sob gestão municipal, mas sob jurisdição da União, passou a ser utilizado por Eusínio Lavigne como argumento estratégico para a captação de recursos destinados a obras urbanas. Assim, o porto não apenas simbolizava as realizações de sua gestão, mas também representava uma ferramenta política para mitigar conflitos locais e, ao mesmo tempo, expor as fragilidades da elite dirigente, tornando-a mais vulnerável.

Como sintetiza Santos (2016)

Crê-se que há interpenetrações e influências dos portos sobre as cidades e destas sobre os portos e de que as dinâmicas portuárias e urbanas só se constituem e adquirem sentido, a partir das ações dos indivíduos, ou seja, do papel e das escolhas dos empresários, dos trabalhadores, dos embarcações e dos cidadãos, enfim, daquelas pessoas que compõem a comunidade portuária ou que tem seu cotidiano influenciado pela dinâmica do porto (Santos, 2016, p.4).

---

distribuído e exercido em uma sociedade, enquanto governo diz respeito ao grupo ou autoridade que ocupa circunstancialmente o poder do Estado, conduzindo a administração dentro dos parâmetros estabelecidos por esse regime.

Os conflitos intraclasse decorrentes de disputas facciosas herdadas, e intensificadas durante a administração municipal de Eusínio Lavigne, o levaram, segundo a hipótese desse artigo, a adotar um governo com características bonapartistas<sup>8</sup>.

Como categoria de análise marxista, o bonapartismo trata do desenvolvimento do Estado capitalista, no qual, o “Bonaparte gostaria de aparecer como benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem retirar de outra” (Marx, 1988, p. 124). Para Demier (2013), formas de dominação como a bonapartista ocorrem quando uma fração da classe dominante assume o controle do Estado, contrariando os interesses imediatos do conjunto da classe à qual pertence, apresentando-se, assim, como alternativa viável de poder diante de uma crise de hegemonia.

Em 1931, o governo federal criou o Instituto do Cacau da Bahia (ICB), uma cooperativa voltada à distribuição de recursos aos cacauicultores. A atuação de Eusínio Lavigne em torno do Instituto reforçou sua posição política na região, sustentada por um discurso conciliador, defensor do cooperativismo e da ampliação da intervenção estatal. Por meio dessa postura, conseguiu liderar iniciativas como o próprio ICB, considerado um marco da presença do Estado na região, voltado a prestar socorro aos produtores atingidos pela crise (Lins, 2007, p. 68).

A partir da criação do Instituto, Lavigne promoveu obras relevantes, como a construção de “estradas de rodagem, a ampliação do crédito agrícola e a implantação de uma Estação Experimental” (Lavigne, 1948, p. 45). Essas realizações foram viabilizadas pelo papel estratégico do porto de Ilhéus, impulsionado pela exportação de cacau, que atraiu investimentos e incentivos governamentais. Dessa forma, o porto consolidou-se como eixo central da articulação entre infraestrutura, política e desenvolvimento agrícola.

Apesar disso, o ICB foi sediado em Salvador, “praticamente no Porto” (Pontes, 2018, p. 313), o que mais tarde gerou tensões com a elite econômica de Ilhéus. Isso porque, embora o Instituto tivesse sido concebido para estimular e conceder crédito aos produtores prejudicados pela crise do cacau, sua gestão não se deu no lócus de maior

---

<sup>8</sup>O bonapartismo, categoria de análise marxista, é a forma como o poder político se exerce. Nesse contexto, Karl Marx analisou o processo histórico que levou ao golpe em 1851, na França, por Napoleão III (sobrinho de Luís Bonaparte), e que em 1852 restaurou a monarquia, consolidando o Segundo Império. A proclamação da República francesa, em 1848, contou com a ajuda dos burgueses, mas também da classe trabalhadora, pondo fim a monarquia de Luís Filipe. Napoleão assume, apoiado por ambas as classes, mas não de forma inesperada, os interesses de cada grupo, após a posse do líder, passaram a divergir e se tornar um entrave em sua governança.

produção, Ilhéus, mas na capital, gerando disputas quanto ao controle dos recursos e à condução da política agrícola regional.

Em defesa do ICB, Eusínio Lavigne apontou que

o cooperativismo compulsório – ou *estatal*, como se queira dizer, mas dentro da concepção democrática do Estado – não oferece analogia com o *corporativismo*, que é uma das manifestações contra a liberdade política e econômica (Lavigne, 1948, p.266).

O corporativismo se configurou como uma medida político-institucional e econômica do governo Vargas. Mas, depois de rumores da “autarquia” do Instituto, o que colocava a cooperativa sob controle da União, o que veio a se consolidar em 1943, Eusínio Lavigne defendeu a medida, apontando que

esse poder das classes, por sua vez, deixa de ser discricionário, porque ele se exerce em concordância com os interesses do Estado, que, por isto mesmo – encarando o interesse nacional – coparticipa da direção autárquica. Logo: autarquia – cooperativa, popular ou democrática (Lavigne, 1948, p.14).

As primeiras divergências entre o poder local e federal ficaram cada vez mais evidentes. É possível perceber que a fragilidade entre as relações políticas se estabeleceu, principalmente quando as intervenções estaduais e federais passaram a atingir os interesses dos cacauicultores e do ICB.

Outro fator relevante diz respeito à cadeia produtiva do cacau e a tensão entre produtores, comerciantes e exportadores<sup>9</sup>. O escoamento do cacau pelo porto de Ilhéus, agradava parte dos produtores, já que havia uma diminuição considerável das taxas de comercialização, mas outra parcela mantinha negócios que dependiam do escoamento pelo porto de Salvador, elemento que também desagradava aos exportadores. Pontes (2018, p. 66) indica que

a exportação por Salvador desagradava principalmente aos comerciantes de cacau. Segundo Angelina Garcez e Antonio Guerreiro de Freitas, parte dos produtores de cacau era partidária da continuidade da exportação do cacau por Salvador, revelando as disputas entre setores das elites cacauíferas (Pontes, 2018, p. 66).

Essa disputa refletia não apenas interesses econômicos divergentes, mas também projetos concorrentes de controle sobre a infraestrutura logística da região, que também

---

<sup>9</sup> Os comerciantes atuavam principalmente no mercado interno, intermediando a compra do cacau diretamente dos produtores para revenda local ou para empresas exportadoras. Já os exportadores eram os agentes responsáveis pela venda do cacau no mercado internacional, detendo o controle sobre os armazéns portuários, a classificação da mercadoria e os contratos com empresas estrangeiras.

contava com agentes e interesses do capital estrangeiro, como os ingleses, suíços, suecos e holandeses (Pontes, 2018).

O porto de Ilhéus se configurou como alternativa para resolver os entraves da lavoura cacaueteira, especificamente no que diz respeito ao escoamento da produção. Contudo, Dantas e Brichta (2022, p. 220) destacam que “um porto em Ilhéus que favorecesse diretamente a economia da região baseada na produção de cacau não era um consenso na própria zona cacaueteira”.

Esse dissenso expressou outro traço do bonapartismo presente na gestão de Eusínio Lavigne, na qual a classe dominante não conseguiu formular um projeto unificado de dominação. Essa fragmentação comprometeu tanto a coesão interna da elite, quanto a estabilidade da ordem social, e também dificultou o avanço do desenvolvimento econômico do município<sup>10</sup>.

Conciliar divergências político-partidárias na gestão Lavigne, com os interesses conflitantes dos cacauicultores, comerciantes e exportadores vinculados ao porto, se tornou um impasse.

O porto de Ilhéus teve suas obras iniciadas através da concessão do acordo firmado pelo o poder privado, em nome de Bento Berillo de Oliveira, também envolvido na construção da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista (EFIC) e o poder federal em 1911, sendo as obras concluídas em 1920 contendo cais de saneamento e ponte metálica de atracação das embarcações (Pontes, 2018).

Apesar de sua localização estratégica na região cacaueteira, o porto enfrentava limitações estruturais e operacionais, como assoreamento, barra estreita, falta de dragagem e de equipamentos adequados. Isso tornava o embarque mais caro e mais arriscado devido a atrasos e possíveis avarias nas mercadorias (Pontes, 2018). Paralelamente, os conflitos políticos da região agravavam o quadro.

Na década de 1930 em meio aos graves problemas econômicos causados à lavoura cacaueteira que sobrevieram com a crise de 1929; as mudanças no poder com a Revolução de 1930; a queda dos preços do cacau; as dificuldades de produção nas safras, e a grave onda de falências as expectativas em relação ao porto também se complicaram, pois, os problemas causados pelo assoreamento aumentaram (Pontes, 2018, p.168).

Em pronunciamento publicado no Correio da Manhã em 05 de janeiro de 1934, Eusínio Lavigne defendeu a integração do porto com a ferrovia como eixo do

---

<sup>10</sup> No contexto nacional, como a década de 1930 especificamente, essa ausência de direção da classe dominante está intimamente associada ao conceito gramsciano de “crise de hegemonia”. No caso de Lavigne, na esfera municipal, tratou-se de um reflexo dessa conjuntura do cenário brasileiro.

desenvolvimento da região cacaeira, afirmando que essa relação permitiria aos comerciantes e produtores locais tanto o “desenvolvimento do ‘hinterland’” quanto a “vasão aos productos da vasta região tributária do porto de Ilhéus” (Correio da Manhã, 1934, p. 5).

Contudo, a tentativa de harmonizar os interesses de capitais regionais, locais e estrangeiros em torno de um projeto que concedesse maior autonomia a Ilhéus por meio do porto mostrou-se um desafio para a administração Lavigne. Em 1937, em meio às contradições político-econômicas exacerbadas pelo advento do Estado Novo e pelas disputas internas entre as frações da elite local, Eusínio Lavigne teve seu mandato cassado e foi preso. Anos mais tarde, no dia 17 de dezembro de 1970, ele denunciou o ocorrido:

Integrando-me na campanha da Paz, sofri perseguições, e fui prêso mais de uma vez. Avesso à política facciosa, rejeitei ser, de nôvo prefeito de Ilhéus [...] Certa crítica poderia contrariar-me, dizendo: ‘É que não nasci para chefe político’. [...] De fato, não dei para ser líder político de grupos. Companheiro de Getúlio Vargas, que me considerava, eu, se manobrasse o adesismo ou abandonasse os princípios teóricos (como êle, com o ‘Estado Nôvo’), talvez sido Interventor ou deputado federal, como presidente da ‘Aliança Liberal’ que fui em Ilhéus (Lavigne, 1971, p. 10).

Eusínio Lavigne encerrou sua carreira administrativa, ainda que não sua atuação política, com um projeto de desenvolvimento para a região cacaeira fundamentado na convicção de que a unidade da classe dominante é condição essencial para a viabilidade do capitalismo e, por consequência, para a preservação do próprio poder dessa classe.

As *vias* bonapartistas adotadas por Lavigne, acabaram se convertendo em entraves à sua gestão, à medida que os interesses conflitantes dos grupos envolvidos impediram a construção de um consenso efetivo. Essa fragmentação inviabilizou políticas integradoras e fragilizou o modelo de desenvolvimento proposto, comprometendo o fortalecimento da economia cacaeira e a estabilidade política e institucional da região.

### Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar os projetos de poder formulados pela classe dominante de Ilhéus em um contexto de reorganização do sistema capitalista. No município, tais projetos se ancoraram tanto na produção cacaeira quanto no escoamento da mercadoria por meio do porto flúvio-marítimo de Ilhéus elemento estratégico para o

desenvolvimento regional e local. Essas dinâmicas se evidenciaram de maneira significativa durante a gestão de Eusínio Gaston Lavigne, entre os anos de 1930 e 1937.

Eusínio Lavigne atuou como mediador entre as frações da classe dominante, cujos interesses político-econômicos, ainda que divergentes, eram historicamente condicionados. Essas frações não compartilhavam plenamente a ideia de uma “unidade cacauera”, interpretando-a, em diversos casos, como obstáculo à reprodução e expansão do capital.

A análise corrobora a perspectiva de uma história atlântica que integra o local ao global, entendendo-os como partes de um sistema de interpenetração e compartilhamento de ideias e teorias político-econômicas. Apesar das especificidades regionais, essas dinâmicas se inserem em uma rede mais ampla de conexões e intensa comunicação transatlântica.

---

**EUSÍNIO GASTON LAVIGNE: BONAPARTISM, PORT OF PONTAL, AND POLITICAL DISPUTES IN ILHÉUS (1930-1937)**

**Abstract:** This article analyzes the competing power projects developed by the factions of the dominant class in Ilhéus during the 1930s, centered on the flow of cocoa through the fluvio-maritime port of Ilhéus, better known as the Port of Pontal. The administration of Eusínio Gaston Lavigne, as mayor of the municipality leading the production of the region's main export commodity, serves as the lens through which these internal class divisions were exposed and perceived as a threat to the maintenance of the order required for capital reproduction. Lavigne identified the port as a strategic element capable of balancing these conflicts, while simultaneously consolidating his political position and constructing a symbol of regional autonomy on the Atlantic coast. In this context, Bonapartism emerged during the Lavignist administration as a political solution capable of reconciling the interests of the fragmented cocoa-producing dominant class, which needed to be saved from its own internal antagonisms. The sources used include newspaper archives and works produced by Lavigne himself, who left numerous records of his projects for the cacao-growing region.

**Keywords:** Ilhéus. Port of Pontal. Eusínio Gaston Lavigne. Bonapartism.

---

---

**EUSÍNIO GASTON LAVIGNE: BONAPARTISMO, PUERTO DE PONTAL Y LAS DISPUTAS POLÍTICAS EN ILHÉUS (1930-1937)**

**Resumen:** Este artículo analiza los proyectos de poder en disputa, elaborados por las fracciones de la clase dominante de Ilhéus durante la década de 1930, en torno al flujo del cacao a través del puerto fluvio-marítimo de Ilhéus, más conocido como Puerto del Pontal. La gestión de Eusínio Gaston Lavigne, como intendente del municipio líder en la producción del principal producto económico destinado a la exportación, sirve como lente para exponer estas clivajes internas de clase, percibidas como una amenaza al mantenimiento del orden necesario para la reproducción del capital. Lavigne identificó en el puerto un elemento estratégico, capaz de equilibrar dichos conflictos, al tiempo que consolidaba su posición política y construía un símbolo de autonomía regional en el Atlántico. En este contexto, el bonapartismo emergió durante la administración lavignista como una solución política capaz de armonizar los intereses de la fragmentada clase dominante cacaotera, que necesitaba ser salvada de sus propios antagonismos. Las fuentes utilizadas son hemerográficas y obras producidas por el propio Lavigne, quien dejó numerosos registros de sus proyectos para la región cacaotera.

**Palabras clave:** Ilhéus. Puerto de Pontal. Eusínio Gaston Lavigne. Bonapartismo.

---

**Referências**

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O Atlântico e o comércio negreiro. *In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al (Org.). Atlântico: a história de um oceano.* 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. **História Unisinos.** v.18, n.2, maio/agosto 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões,** v. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120. p.157-172.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana. Trabalhadores, política e a Revolução de 1930 em Ilhéus, Bahia. **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 6. n. 12, julho-dezembro de 2014. p. 215-238.

DANTAS, André; BRICHTA, Laila. Política e economia na história portuária do sul da Bahia: conflitos em torno do porto da Baía do Pontal em Ilhéus (1920-1942). *In*: HONORATO, César; HIDALGO, Daniel Castillo; OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. (org.). **Portos: novas questões e múltiplas temporalidades**. Niterói: UFF, 2022. 358p.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMIER, Felipe. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Mauadi X, 2013, 248p.

DIÁRIO DA TARDE. Solidariedade Confortadora: manifestam-se as associações de classe ao lado do prefeito dr. Eusínio Lavigne. **Diário da Tarde**, Ilhéus, Anno IV, n.883, [s.p.], 26 de fevereiro de 1931.

DIÁRIO DA TARDE. O governo do município: uma carta do prefeito municipal, a proposito de "Opposições systemáticas". **Diário da Tarde**, Ilhéus, Anno IV, n.882, [s.p.], 25 de fevereiro de 1931.

FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique.; FAUSTO, Bóris (Dir.); MOTA, Cralos Gilherme (Org.). **Corpo e alma do Brasil**. Brasil em perspectiva. 19ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.1990, p.227-255.

FILHO, José Olympio Pereira. **A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do primeiro Ano de governo 1930-1931**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. [s.d.].

JORNAL DA MANHÃ (RJ). Ilhéus e seus melhoramentos: o que diz o prefeito desse município bahiano. **Jornal da Manhã (RJ)**, Rio de Janeiro, p. 5, 05 de janeiro de 1934.

JORNAL DA MANHÃ (RJ). Prefeitura de Ilhéus e seus problemas administrativos. **Jornal da Manhã (RJ)**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 de abril de 1934.

LAVIGNE, Eusínio. **Os meus 87 anos e outros assuntos**. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz. 1971, 141p.

LAVIGNE, Eusínio. **As lições do Instituto de Cacau da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial, 1948, 440p.

LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista do sul da Bahia (1935- 1936)**. Dissertação de mestrado (História). UFBA, Salvador, 2007. 255p.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 143p.

MARTUSCELLI, Danilo. Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites. **Revista Outubro**. [S.l.], n°18, 1º semestre 2009, p. 252-276. Acesso em: 28 nov. 2024. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-10.pdf>.

MAHONY, Mary Anne. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauieira da Bahia. **Especiaria: Cadernos De Ciências Humanas**, 10(18), 737-798, 2007. Acesso em: 29 nov. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/781>.

NEVES, Maricélia Cardoso Matos. **Estado de Santa Cruz: o separatismo no mosaico baiano (1930-1980)**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Bahia. 2006. 136p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. vol.2.1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2019. (Coleção o Brasil Republicano). p.14-38.

PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. De Militar a Líder Político: A interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011. 21p. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300380163\\_ARQUIVO\\_JuracyMagalhaes.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300380163_ARQUIVO_JuracyMagalhaes.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacauieira no sul da Bahia (1920-1947)**. Tese de Doutorado (História). UFF, Niterói, 2018, 357p.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001. 160p.

ROSA, Rebeca Silva; SILVA, Cristiano Augusto da. O conceito de “civilização grapiúna” na literatura Sul-Baiana: colonização e cultura. **Miguilim Revista Eletrônica do Netlli**. v. 10, n. 1, p. 396-414, jan.-abr. 2021.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. O porto flúvio-marítimo de Ilhéus. *In*: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (Org.) **Portos e cidades: movimentos portuários, atlântico e diáspora africana**. Ilhéus: Editus, 2011. 260p.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador, Edufba, 1998. 258p.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Tudo se revela diverso: a concessão, o movimento e os problemas do Porto da Baía do Pontal Ilhéus-Bahia (1911-1940). *In: CRUZ, Maria Cecília Veloso e., et al (Org.). Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos.* Salvador: EDUFBA, 2016. 446 p.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. A Baía do Pontal – Ilhéus: relações do porto com a cidade. **Revista Crítica História.** Ano VII, nº 13, junho/2016. p. 1-19.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. **Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937).** Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 2019.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite.** 2º ed., Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. 342p.

---

#### **SOBRE A AUTORA**

**Ivana Calheira Sampaio** é mestranda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

---

Recebido em 05/01/2025

Aceito em 01/07/2025